
DÓRIA, Francisco Antonio (org.). **A crise da universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 128p.

A Universidade sempre foi tema e lugar de discussão. Suas origens e sua sobrevivência exigem essa interessante faceta. Embora sendo a **universitas**, sua forma de ser envolve elementos contrastantes que suscitam inúmeras questões. Sendo uma das mais antigas instituições de ensino e conservando, ainda, regras e práticas medievais, deve-se reconhecer que é no seu interior que surgem os discursos de vanguarda, as críticas e as autocríticas, enfim, os germes da renovação. Referimo-nos ao nascimento de movimentos que, embora procurando defender os interesses internos, são bastante ativos e procuram criar instâncias revolucionárias de avaliação e trabalhar para o aprimoramento do ensino superior. Mas abriga, igualmente, instâncias preocupadas com o simples corporativismo, com a manutenção do *statu quo*, embora travestidas pelo eufemismo de “conquistas” e, por isso mesmo, consideradas intocáveis. Cultiva práticas acadêmicas que são litúrgicas e quase sacramentais. É só pensar nas cerimônias de colação de grau, no ritual das defesas de tese, etc.. E, sobrepondo-se às universidades, sob este ou aquele pretexto, surgem outras entidades não menos corporativas. Estas procuram defender os interesses comuns das universidades públicas, quando as agregam; comunitárias, quando a elas se restringem; ou, então, estritamente particulares, quando para as tais se voltam. A verdade que permanece é a de que o conflito interno e externo, na Universidade, não é novo, variando, evidentemente, apenas os enfoques.

Os problemas que a Universidade enfrenta foram tratados propriamente, pela primeira vez, com grandes detalhes e sobriedade de argumentação, pelo filósofo iluminista Kant, em seu conhecido texto **O conflito das faculdades** (*Der Streit Fakultäten*), de 1798. Ali encontramos três dissertações redigidas em épocas diferentes e com propósitos diversos, mantendo, contudo, uma unidade sistemática, fator principal que o teria levado a publicar o texto, já aos 71 anos de idade, tendo como enfoque o confronto entre as faculdades de seu tempo (Filosofia, Teologia, Direito e Medicina).

Logo, não é acontecimento extraordinário o fato de dez professores universitários - entre eles três reitores de grandes universidades do país (USP, UNICAMP e UFPR), um presidente de fundação voltada para a atividade universitária e outros seis educadores envolvidos no ensino superior - cada um com notoriedade em suas respectivas áreas e até mesmo fora delas, se encontrarem para debater a crise da universidade brasileira.

A análise do presente livro não é fácil, visto tratar-se de obra coletiva. Desse modo, ousamos fazer uma classificação (pretensiosa?) inicial. Primeiramente, alinhamos os textos de fundamentação teórica, depois, os de caráter histórico e, finalmente, os de diagnóstico.

Nessa primeira linha de classificação, apontamos para a abordagem do prof. Emmanoel Carneiro Leão, que traz o título “Ócio e negócio”, um pequeno escrito cuja densidade estaria mais para um verbete de dicionário especializado. Com profunda erudição e sem cair no pedantismo gratuito e, sobretudo, mantendo-se sintético, discorre sobre o sentido do pensar. Não do pensar solitário, individualista, mas da reflexão que se reparte no propósito de transformação do mundo. E, seguindo o título que deu ao seu trabalho, conclui com este repto: “Recuperar o primado do ócio no meio de tanto negócio, para poder retornar à liberdade radical da criação humana do homem, é o grande desafio para a Universidade nestes tempos de expectativa do terceiro milênio” (p. 13).

Dentro dessa mesma classificação aparece o texto do prof. Roberto Romano, o mais longo e o mais erudito de todos (p. 15-48), no qual discorre sobre os problemas que atingem a universidade brasileira, com a ironia que lhe é peculiar, que beira, às vezes, o puro azedume. Com um nada modesto aparato de citações e referências bibliográficas, tem, como pano de fundo, o texto de Kant acima citado, além de outros pensadores da era das luzes e do Renascimento. Combatendo o critério mercadológico que tende a fragmentar o ensino universitário e o orgulho dos donos do saber, o prof. Romano aponta os grandes males que, a seu ver, atingem a universidade em nossos dias. E recorre a Francis Bacon para buscar uma frase orientadora para o sistema universitário moderno: “*Scientia ex naturae lumine petenda, non ex antiquitatis obscuritate repetenda est*” (p. 23). Não há dúvida de que sua contribuição, em termos de fundamentação teórica, é a melhor da obra ora resenhada. Uma de suas virtudes é a de diagnosticar os males que proliferam intramuros, sem procurar bodes expiatórios em conjunturas às quais se confere uma impessoalidade indulgente, como se as mesmas, no fundo, não fossem constituídas de pessoas, seres pensantes que poderiam, se não controlar todas as variáveis, pelo menos, diminuir o impacto das mesmas.

Passemos, agora, aos textos de ordem histórica, nos quais dois autores procuram resgatar a história da universidade no Brasil. O primeiro, de Francisco Antonio Dória, traz um título demasiado genérico: “A universidade brasileira” (p. 49-61). E o autor, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parece confundir, em seu levantamento histórico, instituições de ensino superior

com universidade propriamente dita. O segundo, de autoria de Carlos Roberto Antunes dos Santos, “Da crise à emancipação” (p. 95-103), tem um enfoque mais direcionado, ou seja, pretende enfatizar as origens da Universidade Federal do Paraná.

Os demais textos, poderíamos dizer, são de diagnóstico, especialmente os dos reitores Hermano Tavares (da UNICAMP), “Rumos e perspectivas” (p. 73-86), e Jacques Marcovitch (da USP), “Um modelo em debate” (p. 111-115). Nessa mesma classificação se alinham as contribuições de Ivana Bentes, “Universidade e mídia” (p. 105-110) e de Muniz Sodré, “Anatomia de uma crise” (p. 87-93). Cada um, a seu modo, procura apresentar sua versão, sem, contudo, inovar, substancialmente, a forma de visão da universidade brasileira.

O último texto da obra merece um tratamento especial. Escrito por um docente de renome internacional, Dr. Newton da Costa, não pretende ser refinado no tratamento da matéria. Apenas apresenta sua visão pessoal sob o título prosaico: “O professor ideal” (p. 117-125). De início, apresenta três qualidades que devem, a nosso ver, ser levadas a sério pelas comissões de avaliação institucional, preocupadas, quase sempre, com o simples didatismo. Escreve o renomado professor: “As qualidades que o professor ideal deve ter podem ser classificadas em três grupos principais: qualidades técnicas, físicas e (por que não?) morais” (p. 117). E, ao discorrer sobre a última das qualidades mencionadas, completa: “Quanto às qualidades morais, estão em primeiro plano o sentimento do dever, o respeito à pessoa humana e a boa formação religiosa (mesmo quando não se é religioso, devem-se respeitar as crenças dos demais; boa formação religiosa é um conceito amplo, uma certa decência e humanidade básicas, e não significa, necessariamente, que se pertença a alguma igreja institucionalizada)” (p. 117-118). Alinhava suas considerações de forma conclusiva, apontando para três tipos de professores que a universidade deve saber aproveitar, visto que se fundamentam na razão de ser de uma instituição universitária: mestres de excelentes qualidades didáticas, portanto, voltados para o ensino; mestres envolvidos em suas especialidades, ou seja, dedicados à pesquisa, e mestres que saibam unir os dois aspectos que, a seu ver, só aplicaria “para os que dispõem de dedicação exclusiva e tempo integral” (p. 121).

Após a leitura dos textos, podemos perceber que algumas conclusões são de consenso, nessa coletânea. Primeiro, que a universidade é muito importante para a sociedade. Lugar-comum, é verdade, mas a reiteração não é prejudicial. Segundo, que o ideal seria que o Estado proporcionasse o ensino superior. É a

defesa da universidade pública. E, por último, como decorrência da anterior, que a universidade pública deve permanecer gratuita e deve ser mantida pelo Estado. No que concerne aos aspectos ideais, não se pode discordar dos autores. O problema é que vivemos numa realidade econômica regida pela competição orquestrada pelo neoliberalismo e pelo espectro da globalização. Logo, não podemos ignorar o resultado excludente que isso produz. Entre o ideal e o real há um descompasso considerável. Contudo, o propósito da obra é levantar alguns dos problemas que atingem a universidade brasileira. E, certamente, partindo desse objetivo, o livro alcançou sua meta. Contudo, não é obra para uma leitura “digestiva”. Requer muita “ruminação”. Esperamos que os leitores tenham coragem para tal.

Paulo de Góes